
Artigo de Pesquisa

O Desamparo no Campo do Angustiante e o Trabalho dos Fiscais da Vigilância em Saúde do Trabalhador em uma Unidade Federativa do Brasil

Danniella Davidson Castro¹, Laura Gomes Oliveira², Emílio Peres Facas³

¹ <https://orcid.org/0000-0002-9698-5566/> Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, Goiânia, Brasil.

² <https://orcid.org/0000-0002-3766-333X/> Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

³ <https://orcid.org/0000-0001-7958-4229/> Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

Resumo

A pesquisa teve como objetivo analisar como o desamparo se manifesta no discurso de fiscais de Vigilância em Saúde do trabalhador do Estado de Goiás sobre seu trabalho. Os objetivos específicos foram caracterizar a organização do trabalho destes trabalhadores, identificar as estratégias utilizadas pelos trabalhadores para lidarem com as dificuldades no seu cotidiano, descrever as vivências de desamparo suscitadas pelo trabalho e identificar os riscos relacionados ao trabalho. Procurou-se mapear e compreender quais os limites, desafios, possibilidades, atravessamentos ideológicos, políticos e interferências da gestão a que o fiscal de Vigilância em Saúde do Trabalhador está exposto ao ser chamado a intervir nos ambientes e processos de trabalho de empresas alvo de ações fiscais. Foram realizadas treze entrevistas com trabalhadores que atuam ou atuaram como fiscais de Vigilância em Saúde do Trabalhador. As narrativas testemunhais sobre o trabalho foram submetidas à Análise do Discurso. Evidenciando-se o desamparo no trabalho dos fiscais, composto pelos acidentes, ameaças e violências, a precarização das condições, ampliada pela insuficiência de pessoal, a fragilidade da atuação e pelas interferências políticas no trabalho, as manifestações sintomáticas, a percepção de valor da sociedade sobre o trabalho da Vigilância e as estratégias dos trabalhadores para lidar com essas adversidades.

Palavras-chave: Vigilância em Saúde do Trabalhador, fiscal, trabalho, desamparo, psicanálise.

Helplessness in the Field of Anxiety and the Work of Occupational Health Surveillance Inspectors in a Federal Unit in Brazil

Abstract

This research had a general objective to analyze how helplessness manifests itself in the speech of Health Surveillance inspectors in the State of Goiás about their job. The specific objectives were to characterize the organization of the work, identify the strategies used by the workers to

Submissão: 14/03/2024

Aceite: 03/06/2024

Editora Responsável: Liliam Deisy Ghizoni

Editora de Leiante: Gracilene Paiva Araujo

Editora Administrativa: Thamyris Pinheiro Maciel

Como citar este artigo: Castro, D. D., Oliveira, L. G. & Facas, E. P. (2024). O desamparo no campo do angustiante e o trabalho dos fiscais da vigilância em saúde do trabalhador em uma Unidade Federativa do Brasil. *Trabalho (En)Cena*. 9 (contínuo), e024020. 1-39. <https://doi.org/10.20873/2526-1487e024020>

deal with difficulties in their daily lives, describe the experiences of helplessness caused by work, and identify the risks related to the job. We sought to map and understand the limits, challenges, possibilities, ideological and political crossings, as well as interferences from the management, to which the Occupational Health Surveillance inspector is exposed to. Thirteen interviews were carried out with workers who acted or who have worked as inspectors of Worker Health Surveillance. The testimonial narratives were submitted to Discourse Analysis. We evidenced helplessness in the work of inspectors, composed of accidents, threats, and violence, the precariousness of working conditions, amplified by the insufficiency of personnel, the fragility of performance and political interference in the work of inspectors, the symptomatic manifestations, the perception of the value of the society about the work of the Surveillance and workers' strategies to deal with these adversities.

Keywords: Occupational Health Surveillance, tax, work, helplessness, psychoanalysis.

Fiscais foram assassinados no retorno do trabalho em emboscada no entorno de Brasília; o suicídio de um Fiscal causou comoção em órgão de fiscalização no Estado de Goiás; e, durante uma inspeção em um frigorífico, o proprietário, após ficar irritado com o trabalho da fiscal, mandou um empregado arrastar uma vaca para junto deles e a abateu com um tiro na cabeça, tendo dito em seguida 'A próxima é você!'. Após o ocorrido, a fiscal teve uma crise aguda de pânico e precisou ser afastada do trabalho por dois anos e em seguida pede exoneração do concurso público.

Estes acontecimentos relacionados ao cotidiano de trabalho foram noticiados pelo Sindicato dos Trabalhadores em manchetes que logo desapareceram da rede. Seguindo uma lógica semelhante, os dados relativos aos números de doenças, agravos e afastamentos da Junta Médica oficial do Estado, dados do Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho e dos Sistemas de Agravos de Notificação são, geralmente, subnotificados. No Sistema Único de Saúde, estes registros são denominados eventos-sentinela, ferramenta oriunda da Epidemiologia e adaptada para o contexto da saúde do trabalhador, no qual ocorrências de violências, surtos, acidentes, prejuízos físicos e psíquicos, agravos, doenças que já estavam erradicadas e retornaram, servindo como um alerta aos profissionais de saúde sobre possibilidade de se prevenir que danos mais graves aconteçam. Assim, os eventos-sentinela, originalmente uma estratégia da Epidemiologia para monitorar os eventos em saúde coletiva, têm aqui seu uso transposto para a situação do trabalho. Diante do exposto e observando três acontecimentos de danos psíquicos e perdas de vidas humanas no trabalho da fiscalização de um órgão público, registrados entre os anos de 2016 a 2018, serviram de alerta e mobilizaram o interesse em realizar o presente estudo. Outra motivação foi pela atuação da autora como fiscal, embora de outro órgão público – a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

Além da justificativa anteriormente apresentada, outra motivação para a realização do presente estudo foi a escassez de pesquisas relativas à categoria profissional dos fiscais de Vigilância em Saúde do Trabalhador. Esse fato foi observado em um levantamento bibliográfico no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Scientific Electronic Library Online (SciELO) utilizando-se das seguintes palavras-chaves: vigilância, fiscais e saúde do trabalhador utilizadas separadas com os operadores booleanos AND e OR. Foram utilizadas as palavras apenas em português, visto que a categoria que interessava ao estudo era o fiscal de vigilância no nosso país, Brasil. Neste levantamento, foram identificados 132 trabalhos com os seguintes temas: estudos referentes à saúde dos trabalhadores de diversos ramos produtivos, como trabalhadores metalúrgicos, portuários, de postos de combustíveis, etc.; estudos epidemiológicos e de acidentes de trabalho dos trabalhadores; além de pesquisas que apontam avanços teóricos e práticos da perspectiva da vigilância em saúde do trabalhador, bem como a importância da atuação em rede.

Os estudos que mais se aproximaram da presente pesquisa foram duas dissertações, sendo uma intitulada em “Um olhar sobre a Vigilância em Saúde do Trabalhador: a dinâmica entre o saber e o fazer no município do Rio de Janeiro” (Almeida, 2012); e a outra, “A prática interdisciplinar na vigilância em saúde do trabalhador no Amazonas: percepções de uma equipe de saúde do trabalhador” (Santos, 2014); além de uma tese intitulada “Análise conjuntural da Vigilância em Saúde do Trabalhador no Estado do Amazonas” (Cardoso, 2014). As dissertações e a tese desenvolvidas na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no Rio de Janeiro e no Amazonas se referem, de maneira geral, às equipes que realizam ações em saúde do trabalhador. Não foram identificados trabalhos específicos com os fiscais da Vigilância Sanitária em Goiás.

Essa pesquisa teve como objetivo geral analisar como o desamparo se manifesta no discurso de fiscais de Vigilância em Saúde do trabalhador do Estado de Goiás sobre seu trabalho. Os objetivos específicos foram os seguintes: a) caracterizar a organização do trabalho destes trabalhadores; b) identificar as estratégias utilizadas pelos trabalhadores para lidarem com as dificuldades no seu cotidiano; c) descrever as vivências de desamparo suscitadas pelo trabalho; d) identificar os riscos, mapear e compreender quais os limites, desafios, possibilidades, atravessamentos ideológicos e políticos, bem como interferências da gestão, a que o fiscal de Vigilância em Saúde do Trabalhador está exposto ao ser chamado a intervir nos ambientes e processos de trabalho de empresas alvo de ações fiscais. Nessa perspectiva, a pesquisa buscou, por meio da construção de um discurso em primeira pessoa, dar visibilidade ao desamparo observado pelo trabalhador fiscal. Este caminho teórico se dá em função das variáveis de interesse da pesquisa. Zygoris (2002) nos chama a atenção para o fato de que a

teoria é apenas um mapa, que não abarca o território, é onde a técnica encontra o humano. Nesse interim, a escuta sobre a atuação do fiscal não pode ser asséptica, a distância entre o mapa e o território pode desmoronar a qualquer instante.

Para compreender o contexto de atuação dos sujeitos da pesquisa, realizamos um levantamento bibliográfico sobre o histórico da Vigilância Sanitária no Brasil e no Estado de Goiás e de como a Saúde do Trabalhador foi constituída dentro da Superintendência de Vigilância em Saúde, observando suas perspectivas e o alcance de sua atuação, bem como seus processos e fluxos de trabalho. Após a contextualização da Vigilância, dialogamos com a Psicopatologia e tecemos articulações com o trabalho. Por fim, trouxemos a Psicanálise para traçar uma reflexão sobre o desamparo e o campo do angustiante no trabalho dos fiscais da Vigilância em Saúde do Trabalhador. A escolha por estudar a relação entre desamparo, trabalho e discurso se deu em virtude da natureza singular do trabalho dos fiscais, qual seja: eles lidam cotidianamente com os riscos à saúde do trabalhador, mas tem o próprio autocuidado limitado, colocando em risco a sua saúde. Isso é possível por questões ideológicas e políticas que permeiam o trabalho e promovem uma espécie de engodo, no qual o fiscal coloca em suspenso a sua própria identidade de trabalhador. A sua condição de, ao mesmo tempo, ser subalterno a uma chefia e representante do Estado no exercício de suas funções, faz com que o fiscal esteja vulnerável na sua rotina laboral.

Vigiar a Saúde: A História da Vigilância em Saúde do Trabalhador

A relação entre trabalho e saúde ou trabalho e doença pode ser analisada no campo da saúde pública em estudos que se originaram em Bernardino Ramazzini, médico italiano considerado o pai da Medicina do Trabalho e autor de um Tratado sobre as doenças dos trabalhadores intitulado “De Morbis Artificum Diatriba” que abordava as doenças dos sujeitos trabalhadores, de acordo com o ofício que exerciam. O autor identificou doenças específicas causadas pelo trabalho dos operários, mineiros, oleiros, pintores, farmacêuticos, parteiras, coveiros e dos judeus, que viviam na miséria e eram proibidos de exercer muitas ocupações. Ele dizia aos médicos que, quando estivessem à beira do leito do paciente, lhe perguntasse qual a sua forma de ganhar a vida, para saber se o seu trabalho poderia ter sido a causa de seu adoecimento. Nessa linha de raciocínio, é preciso estar atento aos efeitos do trabalho, que é um meio de ganhar a vida, mas, por outro lado, pode causar adoecimento ou até a morte (Santos, 2014). Assim, gradativamente, foi sendo construído um movimento em direção a uma política no âmbito da saúde coletiva, de se elaborar dispositivos legais e normativos para inspecionar o

trabalho, os ambientes produtivos e a saúde da população, temas sobre os quais discorreremos a seguir.

A atenção à saúde do trabalhador como um campo de estudo se inicia no século XVIII na Inglaterra com o advento da Revolução Industrial. Os empresários se viram diante de prejuízos causados por acidentes e adoecimentos dos trabalhadores, além de suas constantes reivindicações por mudanças. Aos médicos foi dada a responsabilidade de cuidar dos doentes (Dias & Hoefel, 2005). A assistência era, portanto, biologicista e centrada na doença ao invés da prevenção. Em 1802, foram criados diversos instrumentos de normatização e regulação em razão dos riscos de epidemias. A idade mínima para o trabalho e a carga horária máxima foram algumas das diretrizes contempladas nestes documentos. No século XIX, quando a Revolução Industrial avançava pela Europa, os donos das fábricas começaram a manifestar preocupação com as perdas de mão de obra causadas pelos diversos riscos e acidentes nas fábricas. Nesse contexto, o serviço de assistência médica defendia o lucro e era de responsabilidade do dono da empresa.

Com o avanço da medicina e o conhecimento sobre as bactérias e a etiologia das doenças, houve o deslocamento do viés social para os agentes etiológicos das doenças. A medicina legal e a higiene do trabalho, que visam compensações financeiras para os agravos e a prevenção das causas do adoecimento no trabalho, respectivamente, são duas vertentes abordadas na patologia do trabalho. Em 1919, foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que definiu uma lista de doenças de natureza ocupacional. Esse organismo internacional promoveu, em 1959, a Conferência Internacional do Trabalho, contendo recomendações quanto à saúde do trabalhador, dentre outros direitos. Neste documento, a “Recomendação 112” destacava a necessidade dos serviços de Medicina do Trabalho. Esse documento passou a servir de referência para a elaboração da legislação em diversos países, inclusive do Brasil. De acordo com “a Recomendação” supracitada, os serviços de medicina do trabalho devem oferecer suporte aos trabalhadores por meio da proximidade de localização, assegurar proteção contra os riscos do trabalho, contribuir para a adaptação, adequação dos trabalhadores, bem como estabelecer e manter os níveis mais altos de bem-estar físico e mental dos trabalhadores (Mendes, 2007).

No século XX, com as duas guerras mundiais e os consequentes esforços para a reconstrução de um mundo esfacelado pela morte, começou a se dar maior atenção à higiene, ergonomia e segurança do trabalho, estabelecendo, assim, os princípios da saúde ocupacional. Nesse período, a atuação não era somente do médico, mas, também, de outros profissionais, fato que mudou o foco para as ações de saúde do trabalhador, ainda que permanecessem restritas

ao ambiente de trabalho. No Brasil, a Saúde do Trabalhador foi estruturada a partir de dois eixos: a Medicina Social Latino-americana no campo da Saúde Coletiva e o Movimento Operário Italiano (MOI), proposto pelos sindicalistas. Nesta perspectiva, os trabalhadores definiram as diretrizes sobre o saber-fazer com o trabalho, em detrimento dos profissionais de saúde ocupacional a serviço da empresa, que lhes ditavam as regras sobre o seu trabalho, no qual o trabalhador não era sujeito, mas uma peça na engrenagem das empresas e que era facilmente substituído quando adoecia (Santos, 2014). No campo jurídico, observamos que há diferenciação entre a Saúde do Trabalhador e a Saúde Ocupacional, uma vez que elas são reguladas por competências de órgãos diferentes:

A Medicina Ocupacional da época e, também, a Psicologia, eram aliadas dos empresários e serviam para a manutenção do status quo, da força produtiva e da culpabilização do trabalhador pelos acidentes e transtornos que poderiam ocorrer. O médico era o detentor do saber sobre o corpo do trabalhador e influenciava diretamente no seu destino profissional (Mendes & Dias, 1991). Consoante Foucault (2013), o sujeito foi transformado em paciente pelo médico, no qual o adoecimento não era vinculado ao sofrimento psíquico, o saber médico obedecia apenas a uma classificação nosográfica e a fala do paciente, sobre o seu adoecer, era irrelevante. A função do médico era, portanto, cuidar da doença e não do sujeito. O hospital era o espaço destinado ao que se pode chamar de atestado da condição de doente para o sujeito. Mas a Saúde Ocupacional se mostra insuficiente para dar conta de tantos problemas de saúde e de manter o trabalhador na linha de produção. Mendes e Dias (1991) destacam o momento de ruptura deste modelo. Diversos olhares a partir do vigiar e agir se constituíram nesta direção, dentre as quais destacamos as seguintes: a Vigilância Epidemiológica, que se atenta às doenças; a Vigilância Ambiental, que se preocupa com o meio ambiente, os desastres, as catástrofes naturais e a população circunvizinha; a Vigilância Sanitária que regula desde a produção de cosméticos até o transplante de órgãos e tecidos; e a Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT), que intervêm nos ambientes e processos de trabalho.

Desde sua origem, a Vigilância Sanitária ocupou um lugar complexo e híbrido: ela está entre o mercado, a ciência e a saúde pública, ou seja, entre os meios de vida e as mercadorias, pensadas tanto na dimensão qualitativa, de bens sociais, do valor de uso, quanto na dimensão quantitativa, de valor de troca. A aceleração dos modos de produção provocada pelo capitalismo, com a constante incorporação de novas tecnologias, fragmentação de etapas produtivas e complexidade dos processos de trabalho, causam diariamente um descompasso entre o poder regulatório do Estado e o mercado, representando um desafio constante para a saúde pública. Nesse descompasso, as ações do Estado, que deveriam ocorrer a priori, são

realizadas a posteriori, o que resulta na insuficiente capacidade de resposta sanitária à população (Souza & Costa, 2010). No Brasil, a Vigilância Sanitária foi pensada, originalmente, como punitiva, oriunda do contexto autoritário da ditadura militar, quando cobrar impostos e taxas era uma prerrogativa essencial do Estado. Na pesquisa, iremos fazer um recorte para a Vigilância em Saúde do Trabalhador e suas sendas.

Nesse contexto, a Saúde do Trabalhador se mostrou subversiva, ao se colocar como um campo da Saúde Coletiva, com diversas práticas e saberes, que ultrapassa formalmente as instituições e se construiu em razão das lutas dos trabalhadores e seus representantes, as quais foram travadas no conflito entre o capital e o trabalho. Consoante Vasconcellos (2007), tanto a saúde ocupacional quanto a saúde do trabalhador têm por seus pilares prevenir e reparar os danos à saúde causados pelo trabalho. Contudo, as semelhanças terminam aí, uma vez que estão fundamentadas em concepções políticas, ideológicas e conceituais diferentes. No SUS, o trabalhador é o principal agente de transformação e o detentor do saber sobre o seu trabalho, é ele quem deve ser consultado antes de se propor qualquer mudança no ambiente de trabalho e é ele o eixo norteador da fiscalização na Vigilância em Saúde do Trabalhador. A VISAT atua por meio de uma metodologia de pesquisa-intervenção no território, a fim de superar limites epidemiológicos e sanitários de atendimento aos trabalhadores. Assim, as ações da Vigilância em Saúde do Trabalhador ampliam sua atuação com a participação dos trabalhadores, tanto no cumprimento da legislação existentes quanto na intervenção nos ambientes e processos de trabalho.

No histórico da Vigilância Sanitária em Goiás, foi criada em 1963 a Organização de Saúde do Estado de Goiás (Osego), que tinha como linha de trabalho a normatização e a execução das ações no campo da saúde pública. Em 1980, a Osego teve seu poder de ação ampliado, ao assessorar o Estado na elaboração da legislação sanitária própria. Quatro anos depois, já em 1984, foi instituída a Unidade Operacional de Vigilância Sanitária. Com a Constituição Federal de 1988, a Osego foi extinta, substituída pela Secretaria Estadual de Saúde, que instituiu a Superintendência de Vigilância Sanitária. Atualmente, este campo de ação está estruturado dentro da Secretaria de Estado da Saúde, na Superintendência de Vigilância em Saúde (Suvisa), instituída em 2011 para integrar as áreas da Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador.

A nível estadual, as ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador são coordenadas pela Política Estadual de Saúde (PEST), e os dispositivos legais e normativos estão previstos no Código Sanitário Estadual, Lei nº 16.140/07, que dispõe sobre as competências do SUS; no Decreto nº 6.906, que regulamenta as competências da Secretaria de Estado da Saúde quanto à

Saúde do Trabalhador; bem como nos códigos municipais de saúde. As atividades são realizadas por meio de pesquisas, do matriciamento, da formação, da educação em saúde e da intervenção. O Código Sanitário do Estado é o instrumento que regula as condutas dos fiscais de Vigilância Sanitária em todos os seus aspectos. Veremos a seguir alguns dos pilares que sustentam a atividade fiscalizatória regulados por esta legislação.

O primeiro ponto a ser considerado é a autoridade conferida ao fiscal e seu dever de exercer a atividade de intervenção em favor da saúde coletiva. Segundo o Artigo 110 do referido código. O segundo aspecto relacionado à função fiscal é a acessibilidade a qualquer ambiente onde se realiza alguma atividade de produção, sem limite de horário, bem como da obrigatoriedade de a empresa fornecer qualquer informação, documento ou esclarecimento sobre o trabalho, quando solicitada pelo fiscal sanitário. Se porventura o fiscal for impedido de adentrar um ambiente, ele poderá solicitar apoio da autoridade policial, conforme prevê o Art. 112, o último recorte do Código Sanitário que daremos ênfase é o que se refere a quando a empresa não cumpre o que foi exigido na fiscalização, definido em seu Art. 202.

Vigiar o Trabalho: O Cotidiano Prescrito dos Fiscais da Vigilância em Saúde do Trabalhador

E onde se localiza o trabalho do fiscal que faz Vigilância em Saúde do Trabalhador na estrutura governamental? O que faz um fiscal em Saúde do Trabalhador? O que o diferencia e o aproxima da Vigilância Sanitária? De onde vêm as demandas? São alguns dos pontos que nos dedicaremos a seguir.

Em resposta ao primeiro questionamento, apesar do grau de responsabilidade conferido aos fiscais, a fiscalização nesse contexto, não é uma carreira constituída no Estado de Goiás. Cada governo emite Portarias conforme a necessidade do aumento do número de fiscais. Portanto, ser fiscal não é uma carreira, mas uma designação. A fiscalização foi instituída pela reforma administrativa do governo de 2011, a partir das orientações da Fundação Osvaldo Cruz, em seu curso de formação de Multiplicadores de Vigilância em Saúde do Trabalhador e no entendimento da gestão que a área de saúde do trabalhador precisava de uma modalidade específica de fiscalização que não era abarcada pela Vigilância Sanitária, com vistas a desencadear intervenções nos ambientes e processos de trabalho a fim de controlar os riscos associados ao trabalho.

Outras direções para serem pensadas as intervenções em saúde do trabalhador podem ser através dos eventos sentinela ou sensores de vigilância no território. Para Rutstein et al.

(1976), o evento-sentinela tem como princípio a detecção precoce de uma doença que poderia ser prevenida, um dano que causa incapacidade permanente ou provisória ou mesmo da morte que ocorreu inesperadamente. Tais eventos funcionam como um sinal de alerta de que algo não funcionou, portanto, as ações de cuidado ou de prevenção precisam ser questionadas ou até mesmo revistas. A Epidemiologia utiliza o conceito de evento-sentinela como uma mola que é capaz de acionar o serviço de Vigilância, para que ações imediatas sejam tomadas. Nesse sentido, são criadas redes-sentinela para as doenças e os agravos em saúde pública.

Na Vigilância em Saúde do Trabalhador existem alguns procedimentos e nomenclaturas que foram adotadas para orientar o trabalho dos fiscais. Na inspeção sanitária em Saúde do Trabalhador, o fiscal observa o ambiente de trabalho, desenha o processo produtivo daquela atividade e faz nexos da atividade realizada com possíveis riscos a que o trabalhador pode estar exposto e quais os impactos que o trabalho pode causar na saúde destes trabalhadores. Para poder realizar seu trabalho, existem algumas etapas a serem cumpridas pelo fiscal, que podem ser concomitantes com novas etapas e procedimentos, de acordo com a necessidade. Essa flexibilidade diz respeito tanto às etapas da inspeção propriamente dita quanto aos parceiros necessários para realizar a fiscalização (Fiocruz, 2018).

A primeira etapa corresponde à fase de planejamento, quando é definida a equipe, que pode contar com a participação dos sindicatos e representantes dos trabalhadores, universidades, Regionais de Saúde e Centros de Referência em Saúde do Trabalhador. Nesta etapa, é realizado um levantamento bibliográfico e estudo do ramo produtivo a ser fiscalizado, bem como todos os seus riscos e formas de gestão de risco necessárias. Na segunda etapa, por meio de visita in loco, a equipe se apresenta ao dono ou preposto/designado pela empresa e explica a finalidade da inspeção. A equipe mapeia o processo produtivo, identifica os riscos e as medidas de controle que são utilizadas pela empresa. Após a observação, a equipe solicita documentos de saúde ocupacional que comprovem as medidas de promoção, prevenção e controle dos riscos de acordo com a atividade. Nessa etapa, são realizadas entrevistas com os trabalhadores (Fiocruz, 2018).

A entrevista é a particularidade que diferencia a Vigilância em Saúde do Trabalhador da Vigilância Sanitária, na qual o saber do trabalhador é valorizado. É dessa maneira que os fiscais têm acesso à rotina real do trabalho, de situações que, muitas vezes, não podem ser comprovadas por meio de documentos, nem observadas de maneira direta no ambiente de trabalho. A entrevista é realizada em local reservado, sem a presença dos gestores. O entrevistador esclarece que o objetivo da entrevista é melhorar as suas condições de trabalho, adota uma atitude de respeito, com estímulo ao diálogo, sem preciosismo técnico, pois o fiscal

se adequa à linguagem do trabalhador. O trabalhador é informado sobre a garantia de sigilo absoluto de todas as informações prestadas. Observa-se, muitas vezes, que os trabalhadores se mostram intimidados com a fiscalização, com receio de responder as perguntas. Eles, também, questionam se outros trabalhadores irão ser entrevistados. Diante da afirmativa do fiscal, de que a entrevista será realizada em todos os setores da empresa, geralmente os trabalhadores ficam um pouco mais tranquilos (Fiocruz, 2018).

Após a observação *in loco*, as entrevistas, o registro fotográfico e a análise de documentos, a equipe fiscal comunica ao dono ou preposto as não conformidades encontradas e quais as solicitações serão feitas nos termos fiscais. Os termos fiscais são divididos em quatro categorias, de acordo com a gravidade da situação encontrada e a finalidade que desencadeou a fiscalização. O Termo de Notificação é utilizado para comunicar a empresa sobre o cumprimento das exigências e para registrar a presença do fiscal na empresa. O Termo de Intimação é utilizado para exigir algo da empresa, como adequações ou apresentação de documentos. O Auto de Infração é a peça fiscal utilizada para iniciar o processo administrativo sanitário. É o documento que contém o registro formal das infrações sanitárias. Por último, o Auto de Interdição Cautelar, que visa paralisar preventivamente as atividades, as máquinas ou os setores da empresa que apresentem risco iminente à integridade dos trabalhadores (Fiocruz, 2018).

Com a emissão dos termos fiscais, seguem-se as etapas de monitoramento do cumprimento das exigências, com retorno à empresa e o envio dos relatórios e peças fiscais aos interessados, como Sindicatos e o Ministério Público do Trabalho. Se forem sanados os problemas, a fiscalização é encerrada. Em alguns casos, quando os problemas são graves, ou a empresa não cumpre as recomendações e as exigências definidas pela fiscalização, é aberto um processo administrativo e a pena a ser aplicada fica à critério da Superintendente de Vigilância em Saúde.

Após contextualizar o campo da Vigilância em Saúde do Trabalhador, passamos ao arcabouço teórico da Psicopatologia e da Psicanálise que nos dá uma chave de leitura epistemológica para nos aprofundarmos nos estudos sobre o trabalho e suas fissuras, o desamparo, o campo do angustiante, o mal-estar e o sofrimento dos sujeitos.

Da Psicopatologia Geral à Psicopatologia Fundamental: O Sujeito que Pode Falar

As categorias organizadoras da saúde e da doença são compreendidas desde o início da medicina hipocrática, por meio do entendimento de que saúde seria o equilíbrio dos humores

no corpo, o silêncio dos órgãos ou a ausência de doenças. Nessa perspectiva, o que era normal e o que era patológico cabia à medicina decidir. A anatomia do corpo era o lugar privilegiado para se examinar o adoecimento físico e, até mesmo, o adoecimento mental, sem que atentasse para a narrativa, para as construções sobre si próprio através da fala, sendo que o sujeito apenas relatava seus sintomas quando perguntado. Nessa linha de raciocínio, Fèdida e Widlocker (1989, citado em Pereira, 1999) apontam a Psicopatologia como uma encruzilhada epistemológica, um objeto de interesse de múltiplas disciplinas, interessada no sofrimento psíquico, mas que enxergam o seu objeto de estudo de maneiras diferentes.

Podemos dizer que a Psicopatologia teve três grandes ramificações desde o seu nascimento: Fenomenologia, Psiquiatria e Psicanálise. Explanaremos, brevemente, estes caminhos para nos dedicarmos, mais detalhadamente, à Psicopatologia Fundamental, nossa vertente de estudo. A Psicopatologia Geral tem o seu início com Jaspers (1913), estruturada na Fenomenologia um campo definido da Psicopatologia dos fenômenos conscientes, ao invés da Medicina como seria de se esperar de uma ciência. Esses fenômenos seriam íntimos do sujeito e poderiam ser claramente narrados por ele. Portanto, essas ocorrências mentais descritas pelo paciente poderiam ser compreendidas e generalizadas para todas as situações e aplicáveis a todos os sujeitos.

Já Kurt Schneider (1948, citado em Pereira, 1999) ao contrário de Jaspers, segue a linha da Psiquiatria e da Medicina tradicional e sua generalização dos fenômenos psíquicos ao estudar os sintomas clássicos da Esquizofrenia, chamados de sintomas de primeira ordem. Ele questiona o uso do termo Psicopatologia em Psiquiatria, pois entende que apenas o corpo poderia adoecer e que a Psicopatologia remeteria à alma. Pereira (1999) questiona a generalidade da Psicopatologia Geral, ao problematizar como poderia haver uma forma de generalizar o sofrimento, se o que se busca alcançar é o mais singular da experiência de um sujeito que sofre. Nessa perspectiva teórica, os trabalhos de Berlinck (2000), Fèdida (1990) e Pereira (1999) destacam o horizonte da Psicopatologia Fundamental, nossa primeira referência de leitura para pensar o sujeito.

O termo fundamental foi cunhado por Fèdida em 1985 em um contexto francês de enfraquecimento da Psicanálise e da Psiquiatria, provocado pelo desaparecimento da Psicopatologia desse ramo da medicina. Essa ausência foi um marco para o surgimento dos manuais classificatórios e diagnósticos nos Estados Unidos, que privilegiavam a ciência epidemiológica, com a categorização dos problemas de ordem mental, em detrimento da Psicopatologia com raízes gregas, do *patei mathos* (o sofrimento ensina). Nesse período, quando se falava de uma “Psicopatologia Patológica”, o adjetivo fundamental escolhido por

Fèdida era o que caracterizava o padecer como constituinte da natureza humana (Ceccarelli, 2001).

Nessa mesma linha de raciocínio, Berlinck (2000) continua a discussão da fundamentalidade da Psicopatologia de Fèdida ao destacar dois elementos que compõem a Psicopatologia Fundamental: a paixão (*pathos*) e a posição. Ambos os autores nos mostram que a Psicopatologia foi fundada na tradição da pólis grega, com o teatro de Ésquilo. Na tragédia grega, o sofrimento oriundo do *pathos*, do excesso, da desmesura e do transbordamento poderia ser transformado em sabedoria. Os autores resgatam a noção original da paixão considerada pelos gregos, o *pathos*, que compreende a passividade além do sofrimento. Essa dimensão trágica do humano é a que contém o *pathos*, o padecer, o que é vivido, experienciado, o que ocorre no corpo, mas que o sujeito não consegue se apropriar do acontecimento, a não ser por meio de uma escuta. Berlinck (2000) nos esclarece essa dimensão pática e trágica do humano. E continua sua linha de raciocínio ao dizer que a Psicopatologia Fundamental pode ser assim definida como uma espécie de discurso, que tem como ponto de partida um sujeito que sente e que precisa ser escutado.

O Sujeito do Trabalho e seu Pathos: Um Diálogo com a Psicopatologia do Trabalho

A Psicopatologia do trabalho surgiu na França no pós-guerra dos anos 1950, com o objetivo de promover uma higiene social, com a implantação da disciplina da Psiquiatria social. A instituição desta disciplina resultou de um conjunto de acontecimentos, quais sejam: a Segunda Guerra Mundial, que provocou profundas mudanças no mundo do trabalho e despertou para a necessidade inexorável de os sujeitos se adaptarem e se readaptarem aos modos de produzir e às relações de produção; e uma inédita interrogação do papel do trabalho na vida do indivíduo. No contexto do pós-guerra, coube à Psicopatologia investigar o lugar do trabalho na recuperação e reintegração do sujeito à vida social após uma internação psiquiátrica (Lima, 1998). Nesse contexto, Paul Sivadon foi pioneiro ao utilizar a expressão Psicopatologia do Trabalho e inaugurar uma nova forma de abordar o doente mental, por meio da ergoterapia. Ele, também, foi um precursor ao reconhecer o papel do trabalho diante da doença mental, ou seja, mesmo doente mentalmente ali ainda existiria um trabalhador, apesar de todas as contradições teóricas da época e das tentativas frustradas de integrar o psíquico, o orgânico e o social.

Le Guillant (2006) segue essa linha de estudo entre o adoecimento psíquico e o trabalho, buscando fazer um enlaçamento entre a alienação mental e a social com o mundo do trabalho. Ao observar mulheres que exerciam a profissão de telefonista, percebeu que elas apresentavam

alguns comportamentos sem nexos com a função, como impaciência, automatismos e perturbações, como, por exemplo de responder à campainha do metrô. Le Guillant (2006) apontou uma relação direta entre causa e o efeito do potencial patogênico do trabalho, classificando essas atitudes estranhas de neurose das telefonistas. Na Inglaterra, Elliot Jacques, psicanalista, publicou em 1955 o texto “Os Sistemas Sociais como Defesa”, que propõe uma intervenção terapêutica em uma empresa metalúrgica, a partir de uma solicitação dos próprios empregados da empresa. O autor utilizou a obra de Freud em seu estudo acerca dos mecanismos dos grupos e os mecanismos de defesa, tais como a projeção e a introjeção. Nesse estudo, o autor mostra que o ambiente de trabalho, que é parte de um sistema social, pode conter as ansiedades persecutórias ou depressivas dos indivíduos, dada a forma com que eles se aglutinam, se associam à instituição e cooperam de maneira inconsciente para se defender contra a culpa e a ansiedade.

Nesse mesmo alinhamento teórico e de pesquisa, Isabel Menzies, também psicanalista, publicou o artigo intitulado “O funcionamento das Organizações como Sistemas Sociais de Defesa contra a Ansiedade” em 1970, no qual relata o trabalho com as profissionais Enfermeiras. Ela observou seus mecanismos psíquicos de defesa diante do cuidado com o paciente em estado grave, os sentimentos de ambivalência das profissionais, de erotismo e repulsa provocados pelo contato direto com o corpo dos enfermos, a dor dos pacientes, dos familiares e as responsabilidades nas decisões tomadas. Esses mecanismos de defesa são utilizados a fim de tornar a angústia do trabalho cotidiano suportável, pelo menos aparentemente (Lima, 1998).

A Psicopatologia fundamental, de base psicanalítica, foi escolhida por resgatar a dimensão do sujeito, implicado no seu sofrimento e seus sintomas. Apesar de não ser na Psicanálise que a relação do homem com o trabalho começou a ser investigada, propomos pensá-la na análise dinâmica que se faz do trabalho como constituinte do sujeito e de como o sujeito se implica nessa relação com o trabalho.

Para fins deste estudo, utilizamos alguns conceitos para discutir a relação do sujeito com o trabalho atravessado por mecanismos ideológicos e articulado com o poder (Althusser, 1987; Chauí, 2004; Foucault, 2013; Marx & Engels, 1883; Perilleux, 2013; Zizek, 1996). Marx destaca que a violência e a ideologia estão imbricadas nas ações do Estado. A ideologia pensada como as ideias que compõem o conhecimento dos sujeitos era, para Marx, utilizada pela classe dominante para subjugar a classe dominada através de mecanismos de distorção da realidade social. Marx e Engels (1883) coloca de lado a ideia da ideologia por considerá-la mentalista e utiliza o conceito de fetichização no trabalho. Marx compreendia o Estado como aparelho único

repressivo e de controle, realizados por meio dos ministérios, da polícia, dos tribunais, os quais estão sob as ordens de um comando central. Althusser, por sua vez, divide o Estado conforme uma pluralidade de instituições: escola, igreja, religião, família, sindicato, entre outros, que movimentam a engrenagem pública, chamados de Aparelhos Ideológicos de Estado, calcados na ideologia e na perspectiva imaginária, em que o sujeito acredita e define seu modo de agir.

Althusser retoma o conceito de ideologia, entendendo que ela funciona, ao mesmo tempo, pela repressão e pela força ideológica. Na perspectiva de Marx esta divisão seria ilusória. É necessária, portanto, uma aparelhagem ideológica para que o Estado possa funcionar nas relações sociais em um lugar de verdade e de saber (Souza, 2006). Foucault (2013) questiona esse lugar soberano do saber, ao afirmar que o saber depende da cultura para ser construído e que não se pode pensar no poder e na verdade como externos ao discurso, embora não se concentre no sujeito e sim nos processos subjetivos. Além disso, coloca o poder para além dos limites do Estado, diferente de Althusser, que dividia o poder entre os vários entes do Estado. A preocupação de Foucault diz respeito a como o poder funciona no seio social, como ele é dividido, fundado e barganhado. Nesse sentido, a linguagem seria um lugar de luta e é nos enunciados que compõem o discurso, nessa arqueologia, nessa arquitetura, que o poder pode ser visto (Souza, 2006).

Nesse lugar de conflito que é o trabalho, Perilleux (2013, p. 73), traz o conceito de Crítica Social que a define como “[...] todas as formas de recusa das formas de opressão e todos os questionamentos do mundo ‘tal e como ele é’”. A Crítica Social do Trabalho, neste sentido, é a busca pelo entendimento do trabalho em sua radicalidade, ou seja, na raiz. Trata-se, como Facas e Ghizoni (2017) apresentam, de buscar romper com as distorções do sentido do trabalho e entendê-lo para além de uma mera ação de produção objetiva. Assumir esta responsabilidade resulta em ação política e de resistência aos modos perversos de estruturação das organizações do trabalho. Tal posicionamento, ao considerar as dimensões psíquica e sociopolítica do trabalho e entender o trabalho vivo dos trabalhadores, permitindo que o pesquisador/estudioso desta categoria torne, também, vivo seu próprio trabalho e rompa com o sentido instrumental de sua função.

A articulação entre a Psicanálise e a Crítica Social do Trabalho permite compreender a relação entre o desamparo e o trabalho dos fiscais na medida em que a radicalidade da total falta de garantias traduzida no conceito de desamparo, discutido pela Psicanálise, é ampliada pela visão epistemológica da crítica social, ao provocar o debate sobre os modos de produção e de gestão do trabalho. Nesse cenário em que não há alternativa e nem anteparo para a precarização e a violência laboral, testemunhada pelos fiscais no seu cotidiano de trabalho,

torna-se necessário dar visibilidade política ao padecimento e às resistências dos sujeitos na sua rotina laboral.

É nesse mosaico que se configura o campo do trabalho, composto pelo prescrito, ou seja, as normas, as técnicas, os regulamentos; e os imprevistos que é aquilo que acontece sem estar preparado, o que não se pode evitar, o que pode ser chamado aqui de real. Podemos aí vislumbrar o que parece ser um campo de batalha, onde se desencadeia uma contenda entre o capital e o trabalho, expressa na figura do trabalhador. Nessa peleja, é extraído do sujeito trabalhador o suor até a última gota, tal como se ele estivesse em uma gigantesca morsa e fosse retorcido sobre si próprio, sem levar em conta sua anatomia e as consequências advindas dessa torção violenta. É o conflito que opõe o desejo do trabalhador ao sistema brutal do trabalho e pode gerar ora vivências patológicas, ora de reconhecimento, ora de saúde. Sabemos da importância de se estudar os ambientes e processos de trabalho em seu método concreto e visível, mas, também, é preciso transpor a dimensão do trabalho para o psíquico e para o social, que afeta os sujeitos como parte da cultura e provoca a renúncia à satisfação pessoal para viver no coletivo, que é a parte constituinte do processo de humanização do sujeito. Nessa perspectiva, passamos ao desamparo para pensar o trabalho.

O Desamparo e suas Veredas

A palavra desamparo (*Hilflosigkeit*) é composta de um substantivo, um sufixo e uma terminação. Esta palavra tem o poder de provocar controvérsia entre os autores que se dedicaram a estudar esse tema por sua semântica. Os substantivos “*Hilfe*”, que significa auxílio, ajuda, proteção, amparo, do sufixo adverbial de modo “*Losig*” que quer dizer falta de ausência e carência; e ainda pela terminação “*Keight*”, que compõe substantivos femininos (Rocha, 2000). Nesse ínterim, *Hilflosigkeit* é um substantivo que designa um estado ou a condição de alguém que se encontra “sem ajuda”, *hilflos*, “desamparado. A noção do desamparo tratada na pesquisa é estudada pela Psicanálise apoiada em questões clínicas e culturais. Entendemos, então, o desamparo como um estado ou a condição de alguém que se encontra “sem ajuda.” Freud postulou à ideia de desamparo, ou de sujeito desamparado em dois tempos: em um primeiro momento, para se referir à prematuridade do ser humano às exigências de suas necessidades vitais e em um segundo tempo referido a total falta de garantias à vida humana (Masson, 2021; Menezes, 2008; Pereira, 1999). Já Laplanche e Pontalis (2001) propõem como tradução para *Hilflosigkeit*, “estado de desamparo” porque, em seu entendimento, para Freud, é de um dado objetivo que se trata e não de uma condição. É o recém-nascido que está nesse

estado precário e sem recursos. Nesse entendimento, o adulto estaria em condição diversa do recém-nascido, que não implicaria na necessidade de socorro. Menezes (2008, p. 26) discorda dessa proposta ao afirmar que: “desamparo é uma boa tradução para *Hilflosigkeit*, porque essa falta de sustento, de proteção, implica a necessidade de um outro”. De acordo com essa forma de compreender, o desamparo continua na vida adulta e não apenas na infância. Nessa condição, o desamparo motor se dá em concomitância com o desamparo psíquico do infante.

Ao fazer a articulação do tema do desamparo com a angústia, ele se dedica a pensar a angústia como um sinal de perigo que vem de dentro, isto é, pulsional. Mas Freud, também, pensou no corporal, nas sensações físicas decorrentes desse estado de angústia como um afeto. É apresentada como algo que se sente, como um afeto diferente do desprazer, um excesso que pode ser convertido em um sintoma, ser difusa, sem localização específica ou inundar o sujeito em um ataque súbito e paralisante (Leite, 2011). Lacan parte da concepção de desamparo tal como Freud, no estágio inicial da vida humana, em seu desenvolvimento psicomotor até chegar ao desamparo como um fato de linguagem.

Mas o que o desamparo pôde contribuir para pensar os modos de produção e os modos de trabalho? É nesse mal-estar que a angústia se manifesta e se converte em sofrimento. Ao problematizar e refletir sobre a noção metapsicológica de desamparo em psicanálise e seu alcance, escolhemos essa vereda para abordar o campo do trabalho e articular as maneiras com que os sujeitos inscritos na linguagem e no laço social tecem suas relações no trabalho, observando, também, como a organização do trabalho irá ou não sustentar essa ilusão necessária contra o desamparo, bem como as maneiras que o desamparo vai ou não se manifestar no discurso.

Procedimentos Metodológicos

O método se configurou em um estudo de viés qualitativo, composto por pesquisa bibliográfica, diário de campo, análise de discurso e narrativas testemunhais sobre a rotina de trabalho. A amostra foi do tipo não probabilística, selecionada por conveniência composta pela população-alvo de treze trabalhadores que eram ou tinham sido fiscais de Vigilância em Saúde do Trabalhador, em um universo amostral de quinze fiscais. Inicialmente, foi aberto um processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para solicitar a anuência da Instituição através da Superintendência de Vigilância em Saúde. Após anuência da instituição, foi realizado o contato com os participantes para convidá-los a participar da pesquisa, com o envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por e-mail. Para a coleta dos dados, a abordagem foi

realizada por meio de e-mail institucional, no qual foram apresentadas as informações básicas pertinentes à pesquisa, tais como: tema, objetivos, pesquisadores responsáveis e período de coleta de dados. O telefone e o e-mail dos pesquisadores, também, foram informados neste material. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de Brasília e da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

Foi feito um recorte transversal para definição da amostra por conveniência dos fiscais que atuam na Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador e, também, fiscais sanitários que já atuaram na área de saúde do trabalhador. Na composição da amostra não foram levados em conta critérios objetivos como faixa etária, sexo, estado civil, escolaridade ou nível socioeconômico. Os critérios de exclusão foram a não nomeação pela Portaria do Secretário de Saúde do Estado de Goiás. Fiscais da equipe das regionais e técnicos do Cerest Regional não foram selecionados para a entrevista. Os critérios de inclusão foram os seguintes: pessoas que se inscreveram voluntariamente para a pesquisa e que atuam na fiscalização, nomeados por Portaria do Secretário de Estado da Saúde, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás.

Como estratégia de abordagem dos sujeitos, foi definido que os trabalhadores que quisessem participar da pesquisa entrassem em contato com os pesquisadores por telefone ou e-mail para agendar as entrevistas até o prazo de um mês após a divulgação. Se não houvesse contato de nenhum trabalhador, poderiam ser adotadas outras estratégias de abordagem como divulgação do roteiro em plataforma digital para que o trabalhador pudesse responder sem contato com o pesquisador. Após a confirmação de interesse da pesquisa pelos fiscais, foram agendadas as entrevistas.

Para fins desta pesquisa, utilizamos como instrumento de coleta de dados as entrevistas individuais, realizadas por quatro Psicólogas com experiência em Psicologia Organizacional e do Trabalho, com tempo de uma hora de duração. As entrevistas foram realizadas por meio de videoconferência com recursos das plataformas zoom, Microsoft Teams e Google Meet para o registro da informação viva. O roteiro das entrevistas foi semiestruturado como forma de potencializar a interação entre o pesquisador e o sujeito, visando identificar a percepção dos fiscais sobre o seu trabalho de vigilância sanitária, com foco na saúde do trabalhador.

Os recursos das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) foram utilizados em razão das restrições sanitárias impostas pela pandemia, que não permitiram encontros presenciais. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra em uma primeira etapa. Na etapa seguinte, foi feita uma síntese das narrativas orais, com o perfil sociodemográfico dos trabalhadores que abordaram os pontos em destaque no discurso, chamadas de testemunhos. O termo testemunho foi adotado não a partir de uma alusão à religião, mas a partir de autores da

Filosofia (Foucault, Didi-Huberman e Agamben), da Literatura (Walter Benjamin e Shoshana Felman), da Linguística (Benveniste) e da Psicanálise (Maria Rita Kehl, Paulo Endo e Márcio Seligmann), observando as noções de narrador, arquivo, memória, história e poder, em uma dimensão ético-política da linguagem. Esses autores o utilizam para designar uma forma específica de reação do sujeito à barbárie da sociedade, aqui representada pelo cotidiano do trabalho dos fiscais. A literatura do testemunho aponta uma forma de resistência e o não-emudecimento diante de uma violência (Agamben, Didi-Huberman, Felmann, Kehl, Benjamin, Endo, Selligman-Silva, Foucault)

O termo testemunho (*témoin*) não é associado ao âmbito jurídico, de provar uma verdade, mas foi escolhido por se referir, nas palavras de Benveniste (1995) retiradas do sânscrito *vettar* “aquele que sabe por ter visto”. O autor resgata a noção de testemunha por meio do “*testis*”, que é um terceiro que assiste uma situação em que dois estão envolvidos e, também, com base em um outro semelhante semântico “*superstes*”, que significa ter passado por um acontecimento e ir além desse acontecimento (Selligman-Silva, 2010). Na história, segundo Foucault (2007), há um *a priori* que rege os discursos, sistemas que selecionam o que pode, o que deve, o que não pode, o que não deve ser dito, os enunciados chamados por ele de formações discursivas, tomados como se fossem coisas. Esse sistema de conversão, de transformação dos enunciados discursivos em fatos da história como realidade e erigido sobre o poder, é chamado de arquivo, compreendido como “o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” (p. 171). O arquivo, portanto, não é a memória, nem um amontoado de textos, tampouco um registro histórico somente, mas seleciona quais discursos serão ligados à história e quais serão excluídos dela; o que é relevante ou não para se tornar memória; quais discursos são ou não pronunciados de fato; e quais as condições possíveis em que um enunciado pode ou não ser produzido. Poderíamos aqui tomar o conceito de arquivo, mas ainda não corresponde ao que entendemos como o que interessa à pesquisa.

Agamben (2008) faz uma crítica a Foucault, ao dizer que o conceito de arquivo não inclui o sujeito, deixa o sujeito de fora, enquanto o testemunho se refere a algo potente que possibilita que a memória se torne um ato e o sujeito ocupa esse lugar vazio. Aqui, concordamos com Agamben, ao considerar que o sujeito pode ocupar um lugar. Mas o sujeito que porta um testemunho não pode dizer tudo, ele está entre o que é possível e o que não é possível dizer, algo sempre fica de fora. Agamben denominou testemunho “o sistema das relações entre o dentro e o fora da *langue*, entre o dizível e o não-dizível em toda língua, ou seja, entre uma potência de dizer e a sua existência, entre uma possibilidade e uma impossibilidade de dizer” (p. 146).

Shoshana Felman (2000) problematiza a noção de testemunho em seu caráter de paradoxo, no seu sentido forte, político e crítico, que está de acordo com Agamben. Para a autora, o testemunho não é atravessado pela totalidade, pela possibilidade de dizer tudo, não é conclusivo, não mostra algo que se encerra em si próprio, um saber absoluto, não é uma verdade, não tem o caráter de encerrar algo, não é um veredicto no sentido jurídico. Felman nos recorda que a psicanálise, em sua dimensão clínica, inventou um diálogo que considera o testemunho inconsciente ao se referir a Freud, provocando uma reviravolta na maneira de exercer a clínica. Freud, em sua concepção de trauma como ferida que corta o sujeito, que bloqueia sua linguagem e que o faz repetir infinitamente a mesma coisa, reconhece o testemunho do paciente, embora quem o escuta não consiga apreendê-lo em sua totalidade. Nesse reviramento, a psicanálise propõe uma maneira inédita de conversação, no qual “o testemunho do médico não substitui ele mesmo o testemunho do paciente, mas ressoa com ele” (p. 27). A autora conclui o seguinte: “são necessários dois para testemunhar o inconsciente” (p. 27).

Essas tessituras que ligam a ideia de testemunho na proposta por Felman, permitem que façamos um avanço para além das tradicionais leituras de testemunho para os dias de hoje. Kehl (2001) aponta que o sujeito está em uma posição passiva e é jogado em direção a uma realidade que coloca em dúvida o que ele sabe, uma realidade nua a que está exposto, que o pega desprevenido, não dispõe de instrumental discursivo suficiente para que possa compreender nem mesmo dar um tratamento simbólico a isso que se apresenta de forma imperiosa. Nessa perspectiva, o testemunho seria uma tentativa de não emudecer frente à violência, ao mesmo tempo em que o seu jeito considera um futuro, o que não significa apagar, nem negar o passado (Endo, 2008).

Poderíamos refletir, tomando a ideia de Didi Huberman (2012), que diz que o testemunho nos faz um convite ao ofício árduo, porém extremamente necessário de “trabalhar no vazio da palavra” (p. 42). Na mesma perspectiva, Walter Benjamin (2012), retoma esse narrador, que podemos pensar como algo que se liga, que faz parte de um elo de uma corrente, um narrador tradicional ou conservador, em detrimento à cultura que coloca em primeiro lugar o progresso. O autor associa a narrativa à experiência individual, mas, também, ao coletivo, “trabalhar a matéria-prima da experiência – a própria e a alheia – transformando-a num produto sólido, útil e único” (p. 239). Destaca, ainda, o trabalho manual e artesanal do narrador, que pode lhe causar uma marca “como a mão do oleiro na argila do vaso” (p. 221).

Considerando que as entrevistas foram analisadas na perspectiva do testemunho e por questões éticas, elas não serão descritas na íntegra. No capítulo seguinte, apresentaremos os

resultados da pesquisa na forma de testemunhos, discutidos com base na análise de discurso.

A entrevista foi escolhida como um procedimento de coleta de dados que permite o diálogo entre o sujeito trabalhador e o pesquisador, com o propósito de construir narrativas/testemunhos sobre a rotina do trabalho e os riscos daí decorrentes. O roteiro de entrevista foi elaborado a partir de um instrumento proposto por Facas (2013) a fim de favorecer a livre expressão do trabalhador e teve como pressupostos o panorama dos riscos sociais relativos ao trabalho, apontados no Protocolo de Riscos Psicossociais (Proart), o qual aborda a organização do trabalho, os estilos de gestão, o sofrimento, os danos físicos, psicológicos e sociais.

Participantes

A amostra pretendida foi obtida através de um recorte transversal para definição da amostra por conveniência. Foram selecionados treze sujeitos de um universo de quinze pessoas. As entrevistas foram gravadas e transcritas e apresentadas em forma de síntese, para procedermos com a análise de discurso. Assim, a análise de discurso como meio de investigação da cultura, e ao mesmo tempo produtora de discursos em diversos níveis, foi a abordagem escolhida para investigar a realidade do trabalho, nesta proposta de pesquisa. Ao dar a palavra ao sujeito, se conhece sobre a sua realidade.

Instrumento de Coleta de Dados

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um roteiro de entrevista semiestruturado dividido em três blocos temáticos. A entrevista foi escolhida como instrumento por ser uma ferramenta de diálogo entre o pesquisador e o sujeito trabalhador, um acontecimento que pode propiciar a produção de discursos dos sujeitos sobre a sua rotina laboral. Essa divisão em blocos foi pensada para organizar uma sequência de pensamento e facilitar a condução da entrevista pelo pesquisador. Nessa elaboração, tivemos o cuidado de usar uma linguagem adequada aos profissionais e dividir as questões das mais simples para as mais complexas. As perguntas foram feitas de forma mais curta, para tentar evitar o desgaste desnecessário de perguntas extensas. A opinião do entrevistado e a resposta baseada na experiência foram solicitadas na maioria das questões. A primeira seção abordou os dados de identificação: idade, gênero, escolaridade e estado civil. Na segunda seção, foram exploradas as questões para mapear o ambiente de trabalho e as percepções sobre o trabalho realizado, por meio das seguintes questões: a) tempo

de trabalho na vigilância, b) tipos de experiências que teve, c) quais foram as experiências mais significativas, d) qual é a rotina de trabalho, e) se o trabalho é realizado de forma coletiva com colegas de trabalho ou de maneira individual, f) se há articulações intersetoriais com órgãos públicos ou intrasetoriais com as outras áreas dentro da vigilância em saúde (vigilância ambiental e vigilância epidemiológica), g) e se há consulta aos sistemas ou aos banco de dados para verificar as notificações naquele território antes de atuar em campo, h) se o trabalho é feito em conjunto com os fiscais dos municípios, i) quais as dificuldades nessas articulações tanto com o Estado quanto com o Município, j) se há articulação e participação dos sindicatos, k) se há monotonia, repetitividade nas atividades, l) o dimensionamento das viagens para atender demandas, prazos, condições técnicas, como treinamento, métodos, carga física e psíquica de trabalho. A seção seguinte tratava, especificamente, dos aspectos subjetivos do participante que dizem respeito ao fazer, ao ofício que realiza, isto é, quais os aspectos mais difíceis e quais o que geram prazer no cotidiano das atividades realizadas.

Foi utilizado, também, o diário de campo para as observações e percepções no contexto da entrevista.

Procedimentos de Análise dos Dados

Iniciamos com um resumo histórico da metodologia que foi utilizada para analisar as entrevistas que serão apresentadas neste capítulo. A técnica de análise de conteúdo categorial de Bardin (1997) pensada, inicialmente, para suporte desse trabalho se mostrou inadequada, uma vez que o trabalho foi construído com referencial teórico da Análise de Discurso francesa de Michel Pêcheux e da Psicanálise. Por esse motivo, entendemos não ser possível classificar nem reduzir o discurso a categorias e núcleos de sentido preconizados por Bardin. Esses núcleos de sentido são construídos a partir de palavras e mensagens que emergem do texto, cuja presença ou frequência evidenciam se as falas são ou não pertinentes e se respondem aos objetivos da pesquisa.

Consoante Orlandi (1998, 2020) é através do texto que o discurso pode se materializar, ganhar substância, ou seja, o texto é o objeto material do discurso. Entretanto, essa passagem não se dá em uma cronologia pré-determinada, nem linear de acordo com Pêcheux (2015), mas em ritmos alternados, não simétricos, denominados por ele de batimentos, que caminham junto com a interpretação. Nessa visada, a análise de discurso interroga a linguística e coloca a história em relevo, questionando a transparência da linguagem. Assim, é preciso passar pela língua como estrutura, mas não se fixar nela, mas sim avançar para o discurso. A ideologia, o

sujeito e o discurso são os elementos que compõem o alicerce epistemológico da Análise de Discurso utilizado nessa dissertação. É fundamental colocar o sujeito e a linguagem em inter-jogo com a ideologia, observando os processos contraditórios que só podem ser acessados a partir do discurso, pois é só através do equívoco que o real da língua se articula ao real da história. Ou seja, é pelo discurso que a língua pode aglutinar com a história e produzir essa sensação de realidade (Souza, 2006).

Na visão da análise do discurso de base psicanalítica adotada nessa pesquisa, cada enunciado é mostrado de forma particular e individual, por meio de narrativas/testemunhos que compõem a forma própria do sujeito se expressar diante e dentro do trabalho, sem contagem de frequência. Como afirma Tfouni (2005), o lugar da narrativa é privilegiado para elaborar a experiência pessoal dos sujeitos, os quais podem ocupar a posição de falar de si próprios, do seu conhecimento. Os discursos são pinçados da história, das condições onde foram produzidos (Courtine, 1982). Não cabe ao analista de discurso interpretar o texto, mas tornar explícito quais são os processos de funcionamento e como esse texto produz sentido (Orlandi, 1998). É relevante assinalar esses aspectos da análise de discurso na medida em que consideramos o corpus discursivo como “suporte de um processo, acontecimento ou experiência de transformação – subjetivo, conceitual, histórico” (Dunker et al., 2016). Nesta perspectiva, devemos trabalhar com a provisoriedade da compreensão e da interpretação que esses discursos mostraram ao longo da pesquisa, a partir de procedimentos da análise de discurso (Amorim, 2004; Bakthin, 2020; Dunker et al., 2016; Gadet & Pêcheux, 2004; Henry, 2013; Lara Júnior et al., 2019; Orlandi, 1990/2001, 2020; Parker, 2019; Parker & Cuellar, 2013; Pêcheux, 2015, 2021; Souza, 2006, 2014). Estes autores são analisados em interface com a Psicologia Social em uma visão crítica e política do trabalho no qual, nas palavras de Foucault (1992/2018) em seu texto sobre autoria, a pesquisa promove a discursividade, ao possibilitar com que outros pensem algo diferente do pesquisador. As entrevistas analisadas foram situadas no campo da linguagem como uma ferramenta imperfeita (Henry, 2013), como língua inatingível (Gadet & Pêcheux, 2004), observando o real impossível da língua, que causa embaraços, como fonte antropológica de saber e ao mesmo tempo de não saber, repleta de mal-entendidos que, apesar de não abarcar a racionalidade pretendida pelo discurso científico, é o dispositivo pelo qual se pode ter acesso ao sujeito. Dunker et al. (2016) nomearam de materialidade linguística do inconsciente, já pensada pela Psicanálise de Freud (1915-1930), no qual o inconsciente é possibilidade de sutura entre o individual e o coletivo e estruturado como linguagem para Lacan (1959/1960). O discurso na ótica lacaniana é a maneira pela qual o laço social se ata entre os sujeitos, nas diversas posições discursivas, nos lugares de agente, de criação, de impossibilidade

e do que resta como irremediável diante do que não se tem governabilidade, do imprevisto, do real, que é diferente da realidade.

Análise do Discurso dos Fiscais

É esse campo sombrio e sem garantias que partimos ao tentar nomear as situações do desamparo no trabalho. Nesse contexto, onde o significante trabalho ocupa um lugar central em uma cadeia azeitada por diversos componentes políticos, sociais, macro e micro institucionais orquestrados pelas organizações em suas várias vertentes, tivemos como pretensão investigar as condições de trabalho de quem atua para intervir no trabalho do outro, por vezes, insalubre, perigoso, que pode tirar a saúde e a vida. Esse sujeito trágico, pático, da desmesura, do desmedido, do excesso, do desamparo, do mal-estar e do sofrimento abordado pela Psicopatologia Fundamental nos convocou a aprofundar na discussão com a Psicanálise e com autores que assentam seu discurso na leitura de Freud e Lacan para tentar compreender as narrativas do mundo do trabalho. Os relatos dos fiscais nos aproximam cada vez mais desse campo do imprevisível, do não possível de tatear ou de controlar, dialogam não só com a angústia, mas em uma perspectiva mais ampla, como o campo psicopatológico do angustiante (Freud, 1996). É importante salientar, mais uma vez, que o patológico aqui mencionado não se refere a uma classificação nosológica, mas ao *pathos*, da Psicopatologia Fundamental (Pereira, 1999). E é nesse contexto que traremos alguns recortes do discurso dos fiscais.

Quando um fiscal vai para uma fiscalização, além de todos os procedimentos legais e de funcionamento (administrativo, de autorização, termos legais), ele também cumpre um ritual discursivo. Podemos compreender que o trabalho do fiscal tem dois eixos no discurso: o campo, onde verifica com seus próprios olhos os ambientes e processos de trabalho e suas singularidades; e o administrativo, com seus sistemas, peças e relatórios. Os procedimentos técnicos e as legislações são colocados em lugar de destaque ao fazer a devolutiva das inspeções, seja por sua importância, seja pelo que eles limitam. As normas, modelos, regras e prescrições são um dos instrumentais de trabalho dos fiscais, não há dúvida quanto a esse papel. Contudo, é preciso também questionar até que ponto essas normas, modelos e procedimentos deixam de ser diretrizes, que podem ser adaptadas e se tornam absolutas, totalitárias, imutáveis, que capturam e aprisionam o sujeito. No mundo moderno, a técnica, a experiência prática, a transmissão, são colocadas em segundo plano. O que vale é o saber especializado, a informação em tempo real, a inovação, a tecnologia (Chauí, 2004). Assim, o saber ocupa, também, um lugar

no discurso. Nessa valorização do discurso competente e especializado, o saber se torna uma das formas de poder.

O trabalho dos fiscais pôde ser pensado de início como uma forma peculiar de satisfação, uma satisfação substitutiva na perspectiva freudiana (1926), como um conceito de sublimação vinculada à arte, como um modo do homem dar destino ao pulsional, que não passa pela satisfação direta da pulsão, mas como uma forma que é desviada para uma finalidade assimilada pela cultura. A criação do belo na arte seria uma forma de suspensão da satisfação própria e de o homem dar um destino criativo às suas questões internas (Cruxên, 2004). Entretanto, a psicanálise aponta que há uma face da pulsão que exige essa satisfação direta, um quantum que não pode ser sublimado. Com Lacan (1959/1960) a sublimação não é vista dessa forma tão otimista, é passível de sofrimento, já que a criação é feita em torno de um furo, de um vazio, e que é necessário abrir mão de uma satisfação. Aqui coube uma primeira reflexão: se a Psicanálise fala de uma possibilidade de satisfação e realização pessoal no trabalho e da sublimação como uma das saídas para superar as pressões, no discurso dos fiscais parece haver um nó de compreensão difícil de desatar nesse ponto. Ora, como o sujeito fiscal pode ter satisfação no seu trabalho se vive com o risco da retirada do seu posto de trabalho à espreita? Se vive com uma ameaça constante de ser destituído do seu lugar no trabalho? Esse estado de alerta permanente, também, nos leva a nos aproximar do conceito de angústia e de pathos, pensados aqui pelo viés psicanalítico para tentar nos aproximar desse lugar de desmesura, de excesso e de desamparo do fiscal no seu trabalho.

Na análise do discurso dos fiscais, a angústia pode ser pensada como em Freud (1926) por duas vias: a primeira como um sinal de alerta que protege o sujeito, lhe coloca de sobreaviso, de a qualquer momento não ser mais fiscal; e a segunda vinculada ao desamparo fundamental, constitutivo do humano, de que depende de um outro, nesse caso, o Estado, que lhe dá e lhe retira um lugar na sociedade e no discurso através de uma Portaria de natureza provisória. É interessante pensar que, enquanto a angústia como sinal protege o homem de um perigo que está por vir, no caso da retirada da Portaria, ela não é um sinal, não há o que fazer, o fiscal não pode se proteger. Haverá uma perda inevitável e não há como fugir disso, o que parece lançar o sujeito fiscal em um estado permanente de angústia, no qual, muitas vezes, prefere nem pensar nisso, senão não trabalha. Aqui avançamos ao pensar o campo do angustiante vinculado ao trabalho (Nóbrega, 2022). Esse lugar precário, que desestabiliza, que nos parece ter como pano de fundo o desamparo, é estranho e familiar, semelhante a ter o seu lugar retirado pelas Organizações Sociais, que flexibiliza o trabalho do sujeito, o expõe a uma fluidez forçada, ao

mesmo tempo em que o coloca em um estado de incerteza. Foram encadeadas no discurso situações de retirada dessa Portaria e, por conseguinte, do cargo de fiscal.

A situação discricionária de retirada da Portaria foi destacada como algo que deixou uma mancha, do sujeito ser relegado a segundo plano, a fazer tarefas secundárias, que o distanciavam de sua posição no discurso, de perder seu lugar perante aos colegas de ofício. Neste contexto, podemos perceber a função identitária do trabalho, onde o sujeito organiza suas experiências, em torno do trabalhar, o que Marx apontava como sujeito do trabalho. Nessa situação, a perda da função do trabalho pode levar a uma desorganização da identidade do sujeito e sentimento de inutilidade, conforme destaca Bendassolli (2009). Podemos refletir acerca dessa retirada súbita, sem preparo nem aviso ainda no campo do angustiante em Freud (1996), do infamiliar, do que era familiar, conhecido e que agora é estranho, em um movimento vertiginoso: ser fiscal em um dia e não ser no dia seguinte. Já que é a Portaria que dá consistência ao cargo de fiscal, podemos pensar que ela é, ao mesmo tempo, imaginária e, também, tem uma perspectiva de regulamentação – está escrita e foi publicada.

Essa questão política que se inicia com a Portaria, também permeia as condições de trabalho dos fiscais com seus colegas das Regionais de Saúde, CEREST e os Municípios. Portanto, toda a equipe técnica tem vínculos precários. No âmbito municipal, onde o espaço territorial é circunscrito a uma menor área de abrangência e as relações são mais próximas, fica evidente a interferência do poder público local no trabalho dos fiscais. Os técnicos e fiscais sofrem dois tipos de pressão: por um lado, do capital e a superexploração dos trabalhadores; e, por outro lado, o poder e o controle dos governantes locais. Em uma zona de conflito, nos aproximamos do debate de Antunes (2018) sobre a desfiguração do trabalho e o privilégio da servidão, de estar empregado em um contexto de desemprego estrutural e de poucas oportunidades de trabalho. O trabalhador parece estar na corda bamba, em uma situação que pode lançá-lo ao desamparo e ele se vê em um dilema ético: por um lado está o dever de fazer e por outro a necessidade e o desemprego que pode acontecer caso faça o seu trabalho.

Nesse cenário, o trabalho sofre contínuas instabilidades e desarticulações dos trabalhadores, em face da troca de gestores. A situação política continua a ser pauta no discurso dos fiscais quando discorrem sobre as ações intersetoriais, nas quais os fiscais da Vigilância Sanitária (VISA) do município e da Regional de Saúde têm conflitos de interesses e sofrem interferências políticas em seu trabalho. A política move e limita os interesses à saúde da população trabalhadora que ocupa funções de confiança, que podem ser retiradas a qualquer momento, de acordo com o interesse da Administração Pública. O fiscal parece não conseguir exercer seu dever e está nessa situação de conflito: de um lado o poder político e do outro o

adoecimento dos trabalhadores. Essa discussão nos permite dialogar com Lacan (1964) quando ele aborda o tema da alienação do sujeito ao Outro como um véu e da escolha diante de uma situação de risco, mas, também, da inscrição da criança na ordem simbólica, através da alienação ao desejo do outro e da necessária separação deste. Essa é uma escolha que é forçada, mas que na verdade revela algo de um prejuízo inevitável: “a bolsa ou a vida?” Se o sujeito escolhe a vida, fica sem a bolsa, sem a possibilidade de subsistência. E se escolhe a bolsa, pode perder as condições de vida.

Na inefável escolha entre a bolsa e a vida, o que está em jogo é o sujeito e o Outro, o sujeito na posição de perda, condição em que o sujeito sai de cena (Fink, 1998). Se escolhe agir, o fiscal pode perder seu lugar. Se escolhe não agir, resguarda seu lugar, mas pode ter outras complicações. Nesse caso, não apenas o seu sustento está na berlinda como a vida de outras pessoas também podem estar em risco, como por exemplo, a iminência de um acidente por uma máquina que está com defeito e não foi interditada por ele. Os agentes públicos que deveriam agir estão muitas vezes em um lugar de cerceamento, de impotência e inércia. Além de inibir o agir, os entes políticos parecem ter outras formas de exercer a subjugação em seu território. São colocadas situações em que a pressão é feita de forma material e maciça durante as fiscalizações, para garantir que nada saia do controle, para ser uma distração ou presença que intimida a ação fiscal. Essa presença, também, parece ter a finalidade de reduzir o tempo de permanência dos fiscais na empresa, para que não tenham tempo de verificar todas as não conformidades, para que algo passe despercebido e uma possível punição não seja aplicada. Essa conduta adotada pelos gestores nos faz dialogar com Foucault (2013), sobre a docilidade e controle dos corpos, mas em especial por um instrumento de vigilância particular: o Panóptico de Bentham.

Esse arranjo arquitetônico, construído por uma torre no centro com celas em volta, que não permite aos presos saberem se há alguém na torre de vigília para poder cometer qualquer infração ou tentar a fuga, nos faz pensar no trabalho dos fiscais, onde não se sabe se e por quem está sendo vigiado. Há situações em que o fiscal do Município se recusa a assinar o termo legal, a colocar seu nome, seu carimbo, para não se expor. Mesmo que alguns consigam fazer seu trabalho, não se intimidem com a presença dos gestores, acompanhem a equipe do Estado, da Regional de do CEREST, ainda há uma última questão: a represália posterior ou até imediata. O fiscal municipal comissionado, que ocupa um cargo de confiança, pode ser retirado do seu local de trabalho, transferido para outra unidade que não gostaria de trabalhar, ser colocado para realizar funções para as quais ele não prestou concurso. Ele está ironicamente sob constante vigilância e pronto a ser lançado à própria sorte, ao desamparo. A gestão do medo pelo

legislador absoluto é apontada no discurso e não apenas é preciso não deixar de fazer, mas agir de forma clandestina. Em um lugar onde o conflito de interesse entre o capital e trabalho se torna visível, é utilizada uma expressão que condensa toda uma cadeia significativa. Ao criar uma metáfora, há um efeito de subjetividade pelo sujeito através de um lampejo criativo (Fink, 1998). A metáfora “A VISA avisa” se torna a expressão no discurso dos fiscais que revelam à empresa quando será realizada a inspeção sanitária em Saúde do Trabalhador. Essa metáfora condensa o resultado de quem vence o conflito: o capital.

Entendemos que é preciso destacar além da dimensão discursiva, a dimensão material e física para esse trabalho. Nos cabe refletir que é no corpo como instrumento de labor e como lugar de acontecimento, que o fiscal sente os impactos do seu trabalho, que vivencia o desamparo, que se encontra com o real do trabalho, com o que surpreende. Faz-se necessário chamar a atenção para o fato de que é o corpo do sujeito fiscal trabalhador que encontra o corpo de outros trabalhadores, é o seu desamparo que encontra o desamparo do outro, seu semelhante. Os fiscais fazem uma narrativa desse mal-estar, de como se afetam pelos corpos que se movem em um cotidiano arriscado e são riscados de condições dignas de trabalho, estão com sua força de trabalho mal remunerada e exauridos. Nas fiscalizações, é quando os fiscais se encontram e se reencontram com diversas situações marcadas por imagens aviltantes da dignidade humana, que parecem lhes colocar frente a frente com cenas de excesso, de desmedido, de intraduzível, do que impacta, cala e emociona. Não há como sair ileso desse encontro.

Esses trabalhadores que têm seus corpos aniquilados lentamente, ora de forma ruidosa, através de um acidente, ora de forma silenciosa, em situações de adoecimento causado a partir do ramo produtivo em que trabalham. Mas como representar psicologicamente essa catástrofe que não se deixa apreender pelo discurso? Como os fiscais podem traduzir essa situação de desamparo que não seja através de palavras? Para Levi (citado por Endo, 2022) não há palavras para explicar esse aniquilamento do homem. A linguagem não consegue traduzir o que os olhos veem: há um estado de perplexidade diante dessa demonstração de fratura do laço social. É essa perplexidade que fica em primeiro plano, ao invés das palavras. Agamben (2008) trata desse lugar de submissão e de desamparo através da figura do homo sacer, figura do direito romano que teve várias faces ao longo da história, como o homem concha dos campos de concentração, que eram encontrados em posição fetal. Aqui, o corpo sacer seria para Endo (2022) um corpo obediente, que está falado ao invés de falar, agindo ao invés de agir. Nos apropriamos desse conceito para pensar o contexto laboral dos trabalhadores que estão em condições penosas, de desamparo, de mal-estar, de sofrimento, de sacrifício dia após dia, sem mudança, coagulados e

que podem ter sua vida sacrificada pelo seu trabalho, o que parece remeter ao campo do absurdo.

Tal campo do absurdo, com o qual nos deparamos no discurso dos fiscais, guarda correspondência com o que Lacan nos apresenta como o campo do *jouissance* ou gozo. Lacan lê esse campo através do significante gozo, inspirado na filosofia do direito em Hegel, que o entende como usufruto, do particular, da apropriação através de uma expropriação (Braunstein, 2007). Em sua obra, Lacan teoriza sobre várias modalidades de gozo, seus arredores e seus paradigmas. Entretanto, este vasto campo aqui vai ser recortado como um imperativo de excesso, da expropriação e do gozo do corpo do trabalhador pelo capital, calcado na ética da utilidade, do trabalhador que serve ao Capitalismo. É o Outro que interpela o sujeito e que pode devorá-lo. Esse capitalismo que o explora por meio do trabalho e o coloca num lugar coisificado, de simulacro humano, retira a sua subjetividade e o faz um objeto dejeito, descartável. Essa condição é assim retratada:

Eles trabalham às vezes sem água, sem banheiro, eles vão no mato né?...E todas as vezes esses trabalhadores com chinela de dedo carregando tijolos, E... e cê sabendo que ele pode cair, sem nenhuma proteção pros teus pés.... E eles limpando, porque dentro das cerâmicas eles tem o piso, embaixo desse piso eles colocam as lenhas pra queimar... Como se fosse ali um forno pra cozinhar...Só que as cinzas vão acumulando, então tem que ser limpo esses locais... Então os próprios trabalhadores tem que entrar nesses buracos sem proteção nenhuma, sem roupa, sem luva, sem máscara...manual com as mãos...eles queimam porque eles tem que abastecer esse forno... E tem vários cânceres... (S3).

Nesse ambiente de risco, em que fica evidente o conflito capital-trabalho, muitas vezes, o fiscal precisa solicitar apoio policial para conseguir proceder com a fiscalização. Há, também, um exercício de poder na fiscalização pelos fiscais através do poder de polícia administrativa, de adentrar em qualquer ambiente em que haja a demanda para fazer a fiscalização, solicitar quaisquer documentos e exigir adequações. Cabe perguntar: Quais as construções simbólicas e imaginárias dos fiscais sobre isso? O poder aparece no discurso dos fiscais? São três as situações em que o poder se metamorfoseia no discurso dos fiscais: a primeira, na qual o poder de polícia é porta de entrada, a segunda, na qual este poder se torna sinônimo de proteção e a terceira, na qual essa condição assume uma conotação de excesso. No que se refere à primeira situação, o poder de polícia assume um papel de porta de acesso à empresa ou mesmo ajuda e

proteção que ameniza sua impotência diante do capital. A segunda situação é relatada em um contexto de apreensão, em que a polícia é salvaguarda da integridade física dos fiscais. O aparato policial ora se transforma na garantia de poder fazer seu trabalho com segurança, ora não é garantia de nada, não oferece amparo e é fonte de desconfiança:

A chefia queria que a gente fosse numa cidade aqui próximo fechar onze drogarias que tava ilegais. Mas daí a gente se recusou a ir sem a polícia. Porque eu falei: nós não vamos sair daqui dessa cidade não, porque se a gente fechar todos esses estabelecimentos...Cê acha que a gente ia sair? Aí a gente foi meio rebelde com a chefia, falamos: nós não vamos, só vamos se tiver polícia. E assim a gente ainda exigiu que não fosse a polícia de lá da cidade. Porque não seria legal né? A gente não tinha confiança até que ponto eles iriam nos defender mesmo (S8).

Além dos corpos dos trabalhadores, os entrevistados destacam nos discursos, também, o seu corpo em espera, que se embaralha e se posiciona, que está a serviço do trabalho nas viagens pelo Estado, nas estradas, no andar no chão de fábrica, esse corpo que enoda a dimensão real com a dimensão simbólica na constituição do sujeito e através do qual ele paga com uma libra de sua carne pelo seu ofício. Referem-se ao contexto pandêmico para falar de seu corpo, em que o trabalho exigiu dos fiscais um ritmo e uma cadência nunca vistos em sua história na Vigilância Sanitária. Ainda não se tem notícia do que a pandemia causou no corpo desses sujeitos, se foi feita alguma marca, quais as consequências subjetivas de lidar com esta situação extrema, que foi o contexto pandêmico. Seligmann-Silva (2011) trabalha com o tema do desgaste para abordar os diversos efeitos causados pelo trabalho no corpo e na subjetividade dos trabalhadores, que os coloca em situação de vulnerabilidade. Esse desgaste se manifesta na fadiga e em distúrbios do sono, podendo ser fator preponderante para a ocorrência de acidentes. Esse conceito do desgaste apresentado pela autora nos parece apropriado para discutir o trabalho dos fiscais, que parecem viver um esgarçamento no seu cotidiano de trabalho. Eles colocam em palavras as dificuldades e problemas no seu trabalho a que estão expostos ao fiscalizar o trabalho que pode causar danos e oferece riscos em várias dimensões, aqui tratados como riscos psicossociais, tais como: acidentes, intempéries, ameaças, violências:

“Todas as nossas inspeções são fora da capital...todas dependem de viagem. Então existe esse risco de sofrer acidente...” (S5).

“Dependendo da inspeção, você fica muito exposto ao sol né? E às intempéries, vamos dizer assim, sol, chuva...” (S4).

Aqui, a violência aparece novamente a permear o mundo do trabalho, antes em um contexto de precarização e agora no discurso dos fiscais. Propomos pensá-la como origem e expressão de um conflito de interesses entre capital e trabalho. Endo (2022) nos lembra que nas situações de violência há uma situação de emudecimento, em que a linguagem fica suspensa. Como essas situações de violência podem ser inscritas no discurso, se o que há é um emudecimento diante da cena? O que resta? No caminho que vai da violência ao direito de agir conforme sua liberdade, os fiscais e os donos das empresas discordam em seus propósitos. E é nesse ponto da cadeia discursiva que a posição de trabalhador e fiscal coincidem e mostram o desamparo em comum no trabalho:

É um trabalho exaustivo, é um trabalho muito cansativo intelectualmente... Eu acho que a pressão psicológica mesmo, cansativo de você ficar tentando provar pra uma pessoa que ali existe um risco...A gente recebia ameaças, pessoas que mostravam armas, pessoas que mostravam facas, pessoas que literalmente ameaçavam a vida, né? O fiscal ele está sujeito, da mesma forma que o trabalhador, no momento em que ele estiver dentro de uma empresa (S5).

No ofício de fiscal, em que uma fiscalização nunca repete a anterior, na rapidez e volatilidade do mundo do trabalho, da exploração, das condições desumanas e degradantes a que estão expostos os trabalhadores no seu cotidiano de trabalho, foi colocado em relevo que o fiscal tem sua visão e sua subjetividade impactadas diante das cenas com as quais se depara. A partir desse ponto de tensão, coube perguntar quais os efeitos desse enfrentamento direto capital-trabalho repercutem no circuito dos afetos e na saúde do fiscal? Enquanto a interferência do trabalho na saúde e o impacto na vida privada são ditos inexistentes para alguns entrevistados, outros manifestam sintomas no corpo. Eles expressam e relatam situações de complexidade diversas, que associam ao trabalho e apontam como o seu cotidiano reflete em sua vida familiar. Não cabe aqui indagar o significado dos sintomas expostos, fazer uma proliferação de sentidos, já que o sentido não é da ordem do imaginário, da consistência, mas ver e discutir o sintoma como uma maneira de lidar com a angústia e o desamparo, como a expressão privilegiada de acesso ao sofrimento, ao *pathos* do sujeito, uma vez que o sintoma é afetado pelo discurso de uma época, aqui marcada pelo neoliberalismo.

Os fiscais destacam estratégias que acreditam auxiliar a lidar com os conflitos que vivenciam para não adoecer, inclusive no contexto pandêmico, quando os problemas sociais estiveram no grau máximo e o desamparo esteve escancarado. Freud aponta essas invenções ou estratégias como mecanismos de defesa (Roudinesco & Plon, 1998), ou seja, um conjunto de operações que tenta reduzir e até mesmo suprimir qualquer manifestação que traga desconforto e seja desagradável para o ego, impossíveis de serem afastados pela descarga direta, de modo reflexo ou ab-reação, por meio do qual o afeto consegue escoar (Laplanche & Pontalis, 2001; Roudinesco & Plon, 1998). O eu do sujeito ao se ver confrontado com uma representação insuportável, e sem meios para ligá-la ao pensamento, tenta se defender de várias formas (Chemama, 1995). Laplanche e Pontalis (2001) apresentam os principais mecanismos relatados na literatura, a saber: negação, recalque, recusa, projeção, introjeção, idealização, deslocamento, denegação, entre outros. O refúgio na religião, a fé, a esperança, ter outro trabalho, fazer algo diferente do que faz na fiscalização..., estes são mecanismos encontrados pelos sujeitos para tentar lidar com o mal-estar, visto como estrangeiro ao eu, aqui transpostos para o trabalho. Eles falam de como se utilizam das estratégias defensivas diante da impossibilidade de obter satisfação, no conflito entre o desejar e o agir, de ser um anteparo para o trabalhador na luta contra o capital e de lidar com o desamparo que permeia o tempo todo seu trabalho. Os entrevistados S1, S3 e S7 descrevem os meios encontrados para superar as aflições e angústias decorrentes do cotidiano do trabalho:

Eu rezo muito né? Eu me apoio muito na minha espiritualidade. Eu tenho uma clareza muito grande dos meus objetivos, então onde eu quero estar no final do dia, no final da jornada. Eu costumo falar assim: como eu quero estar às treze horas... E isso eu tenho ganhado muito nos últimos anos. Tento respeitar meu corpo e fazer no meu tempo. Então, por exemplo, amanhã cedo eu tenho uma reunião e eu sei que eu tenho que ter com dez slides prontos de um assunto que eu já reuni hoje cedo... Qual que é o meu melhor horário de funcionamento? De madrugada. Então eu vou levantar de madrugada e vou fazer no meu horário, no meu tempo né? E eu tenho muita dificuldade de trabalhar na sala porque o ambiente é muito ruidoso... (S1)

Além de utilizar estratégias individuais, os fiscais formaram uma imagem de si e percebem seu papel como mediadores desse conflito capital trabalho, agentes de mudanças, protetores da sociedade, ao mesmo tempo em que apontam alguns sentimentos relacionados ao trabalho. Esses sentimentos, apesar de se falar de afeto, foram muito vinculados à racionalidade,

às questões científicas e de cumprimento de dever, de ver algo ser realizado para o trabalhador. Nesse sentido, vejamos os relatos:

“Ele é um guerreiro, um guerreiro que luta, luta por uma causa e essa causa é prevenção e proteção à saúde das pessoas... Eu acho que o fiscal é um guerreiro protetor” (S5).

“Às vezes cê se sente herói, às vezes cê se sente bruxo né?” (S13)

Eu vou dizer uma palavra: satisfação... A gente procurar as coisas com amor e procurar fazer aquilo que te foi designado a fazer e te foi confiado fazer com máximo de dedicação, máximo de empenho porque você vai fazer mais feliz, vai sair melhor e você vai ser mais feliz, vai ser menos doloroso (S10).

Depois de fazer o percurso pelo discurso sobre o ser fiscal e suas vicissitudes na perspectiva dos sujeitos forjados no desamparo e mediados pela ideologia e pela cultura, passamos a discorrer sobre como os fiscais acreditam ser vistos pela sociedade. Essa construção social é permeada pelo preconceito e pela ignorância sobre o fazer do fiscal. São imagens pejorativas que não coincidem com a visão que o fiscal tem de si. É aqui que o discurso faz um giro para o negativo. Há, portanto, uma discrepância entre como os fiscais constroem um discurso sobre si e o seu trabalho e como percebem a narrativa social, o que corrobora com os estudos de Ribeiro e Mancebo (2013) sobre os estereótipos negativos que atingem os servidores públicos no discurso social. Nesse discurso, o significante fiscal que deveria funcionar como um traço identificatório para o seu trabalho, ser motivo de orgulho, é colocado do lado oposto, esse significante não lhe oferece amparo, parece lhe arranhar simbolicamente. Esta perspectiva pode ser averiguada nos relatos a seguir:

Tem gente que vê como servidor público aquela imagem negativa. Que vai lá só pra olhar e não resolve nada. E tem gente que não, tem gente que acha necessário, que realmente é aquele papel desempenhado, vê as dificuldades, mas tem um outro lado de ter gente...e o pior né? Tem gente que acha que é passível de corrupção. Então eu acho que tem essas duas realidades aí (S6).

Diante do panorama apresentado sobre a representação social do trabalho do fiscal, esse sujeito denominado e nomeado em modo evanescente, de aparecimento e desaparecimento, de fugacidade, diz do desamparo que o atravessa, sem o dizer. O desamparo faz um movimento de báscula o tempo todo no discurso dos fiscais, que é permeado por algo que irrompe, que o pega

desprevenido, que o captura, apesar de tentar manter a vigilância. É identificado, nos discursos, o campo do angustiante, da violência física e psíquica e o preconceito social a que está exposto no seu cotidiano. Indagamos um ponto nevrálgico que é o seguinte: o que é feito para cuidar da saúde desse fiscal? Assim como existe o trabalho do fiscal para proteger a saúde da população, existe alguém que vigia a saúde do fiscal? Esse aspecto é verificado na fala de duas entrevistadas:

“Se tivesse um grupo de apoio seria bom. Mas isso é tão complicado no serviço público porque a tendência do serviço público a gente sabe que a tendência do serviço público é só a precarização... Dos serviços gerais né?” (S3)

“Com relação à saúde mental, a gente não tem nenhum tipo de trabalho, não tem nenhum tipo de trabalho, não existe assim trabalho que eu saiba dentro da Secretaria não né?” (S5)

Nos cabe sublinhar que esse fiscal não é um invólucro vazio, desocupado, preenchido por um cargo. Esse sujeito, que age em nome do Estado, que é um anteparo, que ocupa uma posição na pólis e que escuta os trabalhadores enquanto mantêm o olhar atento em seus ambientes e processos de trabalho, ironicamente, não tem ninguém que o escute. Assim, é preciso pensar um espaço para que esse trabalhador possa ser escutado, bem como políticas públicas que possam dar consistência a esse lugar de fiscal.

Considerações Finais

A partir dos referenciais teóricos e dos dados da pesquisa, pôde-se vislumbrar que o desamparo permeia todo o discurso dos fiscais, desde antes do seu ingresso na Vigilância, como trabalhadores do setor de saúde hospitalar e se perpetuou em sua prática laboral na Vigilância em Saúde do Trabalhador, embora em outras circunstâncias. Essa perspectiva é corroborada com os estudos na Psicanálise com Freud e Lacan, bem como no entendimento de Althusser, ao discutir os aparelhos ideológicos do Estado, aqui representados na figura dos fiscais e continentes do desamparo. Para não concluir, uma vez que o trabalho proposto não teve a pretensão de esgotar, classificar e categorizar as falas, a pesquisa possibilitou traçar um panorama dos caminhos de como a saúde pública se movimenta para interferir nos ambientes e processos de trabalho através da função de fiscal de Vigilância Sanitária.

Esse estudo apresentou alguns pontos que podem ser considerados limitações, sem, contudo, comprometer o rigor metodológico e a profundidade proposta pela pesquisa. Ao colocar a fala em trabalho ou o trabalho em fala por meio das entrevistas, a pesquisa pôde contribuir para identificar as diversas percepções dos sujeitos sobre o seu próprio trabalho no âmbito da Vigilância em Saúde do Trabalhador, colocando em relevo o que os impulsiona ou os faz recuar no seu trabalho. Um dos achados da pesquisa diz respeito à relação entre a atividade de trabalho dos fiscais e o Estado em seus aspectos ideológicos e políticos. Este tema não pôde ser devidamente discutido e aprofundado neste trabalho, o que demanda uma agenda de pesquisa específica. Outra contribuição da pesquisa, que merece ser melhor discutida, é a inexistência de políticas públicas para os fiscais de Vigilância em Saúde do Trabalhador.

A pesquisa evidenciou o desamparo no trabalho dos fiscais, mostrado em suas diversas faces, quais sejam: o risco de acidentes; situações vivenciadas de ameaças e de violências; a precarização das condições de atuação do fiscal, em razão da insuficiência no quantitativo de pessoal; a fragilidade da formalização do cargo por meio da publicação da Portaria; a ausência de carreira; as interferências políticas no trabalho dos fiscais; as manifestações sintomáticas; a percepção de desvalor da sociedade sobre o trabalho da Vigilância; e as estratégias dos trabalhadores para lidar com essas adversidades. Pôde ser feito um comparativo entre o prescrito e o real do trabalho, além dos limites e das possibilidades da Vigilância em Saúde do Trabalhador. Esses limites estruturais e subjetivos que apontam para o fiscal em saúde do trabalhador como profissão quase impossível. Para ser fiscal, parafraseando Walter Benjamin (2012), é necessário escovar a história a contrapelo.

Diante das lacunas evidenciadas, podemos propor a continuidade de estudos semelhantes que ampliem a área de abrangência para pesquisar o trabalho dos fiscais de outras áreas nos territórios. Faz-se necessária uma discussão com a gestão estadual para apresentar os resultados da pesquisa, e fazer propostas de ações, bem como com os movimentos sociais, controle social, sindicatos dos trabalhadores do setor da saúde, para se ampliar o universo do conhecimento dos problemas e dificuldades dessa categoria profissional.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2008). *O que resta de Auschwitz: O arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. Boitempo.
- Almeida, M. M. C. (2012). *Um olhar sobre a Vigilância em Saúde do Trabalhador: A dinâmica entre o saber e o fazer no município do Rio de Janeiro*. Fiocruz.
- Althusser, L. (1987). *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Presença.
- Amorim, M. (2004). *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. Musa.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital*. Boitempo.
- Bakhtin, M. (2020). *Estética da criação verbal* (5a. ed.). Martins Fontes.
- Bardin, L. (1997). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bendassolli, P. F. (2009). *Psicologia e trabalho: Apropriações e significados*. Cengage Learning.
- Benveniste, É. (1995). *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes.
- Benjamin, W. (2012). *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura (Obras escolhidas, vol. 1, 2a. ed.)*. Editora Brasiliense.
- Berlinck, M. T. (2000). *Psicopatologia fundamental*. Escuta.
- Braunstein, N. (2007). *Gozo*. Escuta.
- Cardoso, E. M. (2014). *Análise conjuntural da Vigilância em Saúde do Trabalhador no Estado do Amazonas*. Fiocruz.
- Ceccarelli, P. R. (2001). Entrevista com Pierre Fèdida. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 4(1), 168-174. <https://doi.org/10.1590/1415-47142001001015>
- Chauí, M. (2004). *O que é ideologia?* Brasiliense.
- Chemama, R. (1995). *Dicionário de psicanálise*. Artes Médicas.
- Courtine, J. J. (1982). *Définition d'orientations théoriques el construction de procedures en analyse du discours*. *Revue Philosophiques*, 9(2).
- Cruxên, O. (2004). *A sublimação: Psicanálise passo-a-passo*. Jorge Zahar.
- Dias, E. C., & Hoefel, M. G. (2005). O desafio de implementar as ações de saúde do trabalhador no SUS: A estratégia da RENAST. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(4), 817-828. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000400007>
- Didi-Huberman, G. (2012). *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34.

- Dunker, C. I. L., Paulon, C. P., & Ramos, J. G. (2016). *Análise psicanalítica de discursos: Perspectivas lacanianas*. Estação das Letras e Cores.
- Endo, P. C. (2022). *Psicanálise: Confins: Memória, política e sujeitos sem direitos*. Blücher.
- Facas, E. P. (2013). *Protocolo de avaliação dos riscos psicossociais no trabalho: Contribuições da psicodinâmica do trabalho* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília]. UnB.
- Facas, E. P., & Ghizoni, L. D. (2017). Trabalho como estruturante psíquico e sociopolítico em tempos de hipermodernidade. *Trabalho (En)Cena*, 2(2), 1–2.
<https://doi.org/10.20873/2526-1487V2N2P1>
- Fèdida, P. (1990). *Depressão*. Escuta.
- Felman, S. (2000). Educação e crise, ou as vicissitudes do ensino. In: Netrovski, A. *Catástrofe e representação*. Escuta, 2000.
- Fink, B. (1998). *O sujeito laciano: Entre a linguagem e o gozo*. Zahar.
- Fundação Osvaldo Cruz (2018). *Manual técnico do curso básico de vigilância em saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde*. Ministério da Saúde.
- Foucault, M. (1992/2018). *O que é um autor?* Nova Vega.
- Foucault, M. (2007). *Arqueologia do saber*. (7. ed.) Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Forense Universitária.
- Foucault, M. (2013). *Vigiar e punir: O nascimento da prisão*. Vozes.
- Freud, S. (1926). Inibições, sintomas e angústia. Em S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (vol. 20). Imago.
- Freud, S. (1996). O Estranho. Em S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (vol. 17, pp. 233-274). Imago.
- Gadet, F., & Pêcheux, M. (2004). *A língua inatingível*. Pontes.
- Henry, P. (2013). *A ferramenta imperfeita: Língua, sujeito e discurso*. Unicamp.
- Jaspers, K. (1913). *Psicopatologia geral*. Atheneu.
- Kehl, M. R. (2001). Prefácio. In: Costa, A. (2001). *Corpo e escrita: relações entre memória e transmissão da experiência*. Relume Dumará (pp. 11-24).
- Lacan, J. (1959/1960). *O seminário livro 7: A ética da psicanálise*. Zahar.
- Lacan, J. (1964). *O Seminário livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*. Zahar.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário de psicanálise*. Martins Fontes.

- Lara Júnior, N., Dunker, C. I. L., & Pavón Cuéllar, D. (2019). *Análise lacaniana de discurso: Subversão e pesquisa crítica*. Appris.
- Le Guillant, L. (2006). O trabalho e a fadiga. Em M. E. A. Lima (Org.), *Escritos de Louis Le Guillant: Da ergoterapia à psicopatologia do trabalho* (pp. 218-241). Vozes.
- Leite, S. (2011). *Angústia*. Jorge Zahar.
- Lima, M. E. A. (1998). A psicopatologia do trabalho. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 18(2), 10-15. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931998000200003>
- Marx, K., & Engels, F. (1883). *A ideologia alemã* (9a. ed.). Hucitec.
- Masson, L. O. A. (2021). *Estudo das características da experiência de temporalidade em homens com crises de pânico a partir dos desejos e defesas* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo]. USP.
- Mendes, R. (2007). *Patologia do trabalho* (2. ed.). Atheneu.
- Mendes, R., & Dias, E. C. (1991). Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista de Saúde Pública*, 25(5), 341-349. <https://doi.org/10.1590/S0034-89101991000500003>
- Menezes, L. S. (2008). *Desamparo*. Casa do Psicólogo.
- Nóbrega, F. L. (2022). Clínica e política da angústia [Conferência]. *Grupo de Estudos Aletheia*, Goiânia.
- Orlandi, E. P. (1990/2001). *Discurso e texto: Formação e circulação do sentido*. Pontes.
- Orlandi, E. P. (1998). *A leitura e os leitores*. Pontes.
- Orlandi, E. P. (2020). *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. Pontes.
- Parker, I. (2019). *Análise lacaniana de discurso: Subversão e pesquisa crítica*. Appris.
- Parker, I., & Cuéllar, D. P. (2013). *Lacan, discurso, acontecimento: Nuevos análisis de la indeterminación textual*. Plaza y Valdés.
- Pêcheux, M. (2015). *O discurso: Estrutura ou acontecimento*. Pontes.
- Pêcheux, M. (2021). *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Unicamp.
- Pereira, M. E. C. (1999). *Pânico e desamparo: Um estudo psicanalítico*. Escuta.
- Perilleux, T. (2013). Trabalho e os destinos políticos do sofrimento. In A. R. C. Merlo, A. M. Mendes & R. D. Moraes (Orgs.), *O sujeito no trabalho: Entre a saúde e a patologia* (pp. 73-92). Juruá.
- Ribeiro, C. V. S., & Mancebo, D. (2013). O servidor público no mundo do trabalho do século XXI. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 33(1), 192-207. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000100015>
- Rocha, Z. (2000). *Os destinos da angústia na psicanálise freudiana*. Escuta.

- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Zahar.
- Rutstein, D. D., Berenberg, W., Chalmers, T. C., Child, C. G., Fishman, A. P., & Perrin, E. B. (1976). Measuring the quality of medical care: A clinical method. *The New England Journal of Medicine*, 294(11), 582-588. <https://doi.org/10.1056/nejm197603112941104>
- Santos, C. V. C. (2014). *A prática interdisciplinar na vigilância em saúde do trabalhador no Amazonas: Percepções de uma equipe de saúde do trabalhador* [Dissertação de Mestrado, Saúde Pública, Fiocruz]. Fiocruz. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/36466>
- Seligmann-Silva, M. (2010). O lugar do Testemunho. Florianópolis, *Revista tempo e argumento*. v. 2, n. 1, p. 3 – 20, jan. / jun. Resgatado em 8 d agosto de 2022. <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894>
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: O direito de ser dono de si mesmo*. Cortez.
- Souza, G. S., & Costa, E. A. (2010). Considerações teóricas e conceituais acerca do trabalho em vigilância sanitária, campo específico do trabalho em saúde. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 15(Supl. 3), 3329-3340. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000900008>
- Souza, S. A. F. (2006). *Conhecendo análise de discurso: Linguagem, sociedade e ideologia*. Valer.
- Souza, S. A. F. (2014). *Análise de discurso: Procedimentos metodológicos*. Census.
- Tfouni, L. V. (2005). *Lamento e alfabetização*. Cortez.
- Vasconcellos, L. C. F. (2007). *Saúde, trabalho e desenvolvimento sustentável: Apontamentos para uma Política de Estado* [Tese de Doutorado, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro]. ENAP.
- Zizek, S. (1996). *Um mapa da ideologia*. Contraponto.
- Zygouris, R. (2002). *O vínculo inédito*. Escuta.

Informações sobre os autores

Danniella Davidson Castro

Endereço institucional: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás / Av. SC 1, 299 - Parque Santa Cruz, Goiânia - GO, 74860-260
E-mail: dannidavidsonpsic@gmail.com

Laura Gomes de Oliveira

E-mail: arualoliveira@gmail.com

Emílio Peres Facas

E-mail: emiliopf@gmail.com

Contribuição dos Autores	
Autora 1	Concepção e desenho do estudo, revisão de literatura, coleta de dados, elaboração do manuscrito, análise formal e interpretação de dados
Autora 2	Revisão de literatura, elaboração do manuscrito, revisão do manuscrito
Autor 3	Discussão de dados, elaboração e revisão do manuscrito